



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ALTA FLORESTA D'OESTE

SEMAGRI

MINUTA DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 680/2026

RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO

Abertura da Sala de Disputa: 02/07/2026, às 11h00 (horário de Brasília),

no sítio: <https://licitanet.com.br/>.

Encerramento do prazo para cadastro das propostas: até o momento que antecede a abertura da sessão pública.

Limite para solicitação de esclarecimentos e impugnação:

Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

Objeto: aquisição de 01 (um) Drone Agrícola T50 ou equivalente técnico superior, novo, destinado ao fortalecimento e modernização das práticas agrícolas do município, visando maior eficiência operacional no atendimento aos produtores rurais

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$157.666,67 (CENTO E CINQUENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E SESENTA E SEIS REAIS E SESENTA E SETE CENTAVOS)

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS: NÃO

VISITA TÉCNICA: NÃO

INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: 50,00

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

Os documentos de habilitação são os constantes no Anexo II do edital.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP?	RESERVA DE COTA PARA ME/EPP?	PRIORIDADE PARA ME/EPP LOCAL OU REGIONAL?	EXIGE AMOSTRA?
NÃO	NAO	NÃO	NÃO

Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares:

02 (duas) horas após convocação do pregoeiro.

Telefone para contato: (69) 3641-2734

E-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026****Processo nº 680/2026****INFORMAÇÕES PRELIMINARES****Data da Abertura: 02/07/2026****Horário de Início da Sessão: 11h00min (horário de Brasília/DF)****Local: no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br**

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE, por intermédio do(a) Pregoeiro(a) Oficial, designado(a) pelo Decreto nº 10.979/2025, com sede na Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo, na cidade de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, torna público que, devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, na forma do disposto no Processo Administrativo nº 563/2026, realizará, no dia, horário e local indicados neste edital, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, com julgamento pelo valor do ITEM, realizada por meio da internet, no site: www.licitanet.com.br.

Todas as cotações de preços, orçamentos, valores prévios e cálculos de média são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os elaborou, não cabendo qualquer responsabilidade ao(à) Pregoeiro(a) ou à Comissão em relação aos mesmos.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

- Endereço: Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo – Alta Floresta D'Oeste/RO
- Pregoeiro(a): Celia Ferrari
- E-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br
- Telefone: (69) 3641-2463
-

Todas as informações oficiais pertinentes à presente licitação poderão ser acessadas gratuitamente nos sites: www.altafloresta.ro.gov.br > Portal da Transparência > Licitações (<http://transparencia.altafloresta.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>), no portal www.licitanet.com.br, bem como no mural da Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – AROM (www.diariomunicipal.com.br/arom).

1. CONDIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.
- 1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema LICITANET e as especificações técnicas constantes neste Edital, prevalecerão as disposições do Edital.
- 1.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO.



1.4. Todos os horários mencionados neste Edital referem-se ao horário oficial de Brasília/DF, salvo disposição expressa em contrário.

2. DISPOSIÇÕES LEGAIS

2.1. O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, com aplicação subsidiária do Decreto Federal nº 10.024/2019, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Complementar nº 147/2014, bem como pelas disposições constantes neste Edital.

3. DO OBJETO

aquisição de 01 (um) **Drone Agrícola T50** ou equivalente técnico superior, novo, destinado ao fortalecimento e modernização das práticas agrícolas do município, visando maior eficiência operacional no atendimento aos produtores rurais

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

4.1. A participação nos itens dar-se-á em conformidade com a legislação vigente.

4.2. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objeto social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br.

4.2.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de cadastro prévio, adquirindo login e senha pessoais e intransferíveis, obtidos junto à LICITANET.

4.2.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e do subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observados a data e o horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os planos disponíveis na plataforma: www.licitanet.com.br.

b) O licitante poderá promover sua inscrição e credenciamento para participação no pregão, bem como realizar o cadastramento da proposta inicial de preços.

4.3. A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico, nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO.

4.4. A ME, EPP, MEI ou empresa equiparada, para fins de habilitação, deverá informar, quando do cadastramento da proposta inicial de preços no sistema, no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade no desempate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e demais cominações legais.



4.6. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica a submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e em seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

4.7. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não cabendo à Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO, em qualquer hipótese, responsabilidade pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, bem como por eventual desconexão.

4.8. Não poderão participar desta licitação:

I. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

II. Empresas em recuperação judicial, falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

III. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

IV. Empresas impedidas de licitar e contratar com o Município de Alta Floresta D'Oeste;

V. Empresas suspensas temporariamente do direito de licitar e impedidas de contratar com o Município de Alta Floresta D'Oeste;

VI. Empresas punidas com suspensão temporária do direito de licitar e contratar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

VII. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.9. A participação na sessão pública via internet dar-se-á mediante a utilização da senha privativa do licitante.

4.10. Serão aceitas somente cópias legíveis.

4.11. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação, inclusive seus anexos, deverão ser apresentados em língua portuguesa, com valores cotados em moeda corrente nacional.

4.12. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

4.13. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, ainda que autenticadas, salvo quando expressamente permitidos neste



Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma ilustrativa da proposta de preços.

4.14. Os licitantes devem estar cientes das condições de participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

4.15. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.16. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pelas Leis Complementares nº 123/2006 e nº 147/2014 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo(a) Pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e prazos adequados.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1. Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, bem como as informações adicionais necessárias à elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório, deverão ser encaminhados ao(à) Pregoeiro(a) até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, por meio do Sistema LICITANET ou pelo e-mail cpl@altafloresta.ro.gov.br.

5.1.1. Ao encaminhar solicitação por e-mail, esta deverá ser confirmada pelo(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio, por meio do telefone (69) 3641-2463, para que não seja considerada sem efeito.

5.1.2. Os pedidos também poderão ser protocolados presencialmente junto à CPL, situada na Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo, Alta Floresta D'Oeste/RO, CEP 76.954-000, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia), devendo o interessado mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

5.1.3. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida neste Edital, serão divulgadas por meio de avisos, erratas, adendos ou notas de esclarecimento, disponibilizados publicamente a todos os interessados.

5.3. Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, os pedidos de impugnação ao Edital deverão ser encaminhados ao(à) Pregoeiro(a) até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, por meio do Sistema LICITANET, pelo e-mail cpl@altafloresta.ro.gov.br ou mediante protocolo presencial junto à CPL, no endereço informado no item 5.1.2.



5.3.1. Ao encaminhar impugnação por e-mail, esta deverá ser confirmada pelo(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio, por meio do telefone (69) 3641-2463, para que não seja considerada sem efeito.

5.3.2. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

5.3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto à impugnação será informada preferencialmente por e-mail, no endereço informado pelo impugnante, bem como disponibilizada no campo próprio do Sistema Eletrônico LICITANET, ficando o interessado responsável pelo acompanhamento das informações divulgadas.

5.3.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que implique alteração na formulação das propostas, será definida e publicada nova data para realização do certame.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar devidamente credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO", por meio do site www.licitanet.com.br.

6.2. A participação do licitante no Pregão Eletrônico dar-se-á exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, devendo manifestar, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

6.3. O acesso do licitante ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e formulação de lances sucessivos, somente ocorrerá mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na alínea "a" do subitem 4.2.2 deste Edital.

6.4. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando suspensos por inadimplência do licitante junto à LICITANET – Licitações On-line, ou cancelados por solicitação do próprio licitante.

6.5. A manutenção ou alteração da senha de acesso será realizada mediante solicitação do licitante junto ao atendimento on-line (chat) do site LICITANET – Licitações On-line, sendo a nova senha encaminhada imediatamente ao e-mail cadastrado.

6.6. Informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633, ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

6.7. O credenciamento dar-se-á mediante atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.9. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal, bem como a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.



6.10. Para participação no presente Pregão na condição de ME, EPP ou MEI, bem como para usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá manifestar, em campo próprio do sistema, o pleno atendimento aos requisitos legais para enquadramento nessas condições, nos termos do art. 3º da referida Lei Complementar.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Edital.

7.1.1. Quando o julgamento for por item, o licitante poderá cotar apenas os itens de seu interesse.

7.1.2. Quando o julgamento for por lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote pretendido, sob pena de desclassificação da proposta em relação ao respectivo lote.

7.1.3. Quando o julgamento for global, o licitante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de desclassificação da proposta.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. Após a divulgação do Edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da sessão pública descrito no preâmbulo deste Edital.

8.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I. Valor unitário e total dos itens;

II. Marca;

III. Fabricante;

IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, modelo, prazo de validade ou garantia, número de registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

8.3. A etapa de encaminhamento da proposta será encerrada com a abertura da sessão pública.

8.4. O envio da proposta ocorrerá mediante utilização de chave de acesso e senha, pessoais e intransferíveis.

8.5. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital.

8.6. A falsidade da declaração de que trata o item 8.5 sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.



8.6.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP/MEI ou o conluio entre licitantes, em qualquer momento do certame, inclusive após o encerramento da fase de lances.

8.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

8.8. Na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, a qual ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.

8.9. As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET implicarão plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

8.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.11. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus Anexos. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, prevalecerão estas últimas.

8.12. Na proposta de preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os custos e insumos necessários à execução do objeto, tais como despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no preâmbulo deste Edital, e em conformidade com as disposições nele contidas, o(a) Pregoeiro(a) abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste Edital.

9.1.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta inserida no campo “Cadastro de Proposta” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e de seus anexos, podendo, inclusive, ser submetida à análise do órgão requisitante, desclassificando motivadamente aquelas que não estiverem em conformidade, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.2. Os lances serão realizados em conformidade com o art. 56, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, no modo de disputa ABERTO ou ABERTO E FECHADO, conforme definido e cadastrado no sistema da plataforma LICITANET.

9.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestamente inexecutável, o(a) Pregoeiro(a) justificará, por meio do sistema, e promoverá sua DESCLASSIFICAÇÃO.

9.3.1. O proponente que encaminhar proposta inicial manifestamente inexecutável e não honrar a oferta apresentada terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.



9.3.2. Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, será assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, para que, querendo, esclareça a composição do preço ofertado. Caso necessário, poderão ser realizadas diligências, nos termos do § 2º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO DURANTE A FASE DE LANCES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CERTAME PELO(A) PREGOEIRO(A).

9.5. Em seguida, ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente no site www.licitanet.com.br, conforme as disposições deste Edital.

9.6. Todas as licitantes poderão apresentar lances para os itens e/ou lotes cotados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.6.1. Os lances deverão observar as mesmas condições estabelecidas para a proposta de preços, contendo sempre o melhor valor ofertado.

9.6.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais contendo, no máximo, 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso, ao final da fase de lances, haja divergência quanto ao número de casas decimais exigidas, o(a) Pregoeiro(a) poderá convocar a licitante via chat para adequação dos valores e/ou realizar o arredondamento automático para menor, caso a licitante permaneça inerte.

9.7. A abertura da fase de lances via internet será realizada pelo(a) Pregoeiro(a), sendo o Sistema LICITANET responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, conforme o modo de disputa definido neste Edital.

9.8. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores ao último por elas ofertado, observados o horário fixado e as regras de aceitação.

9.9. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances.

9.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

9.11. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

9.12. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o(a) Pregoeiro(a) poderá alertar o proponente, por meio do sistema, acerca do valor ofertado para o respectivo item, podendo excluí-lo, hipótese em que o licitante poderá confirmá-lo ou reformulá-lo.

9.12.1. A exclusão de lance somente será possível durante a fase de lances, conforme



funcionalidade disponibilizada pelo sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item/lote.

9.12.2. O proponente que encaminhar lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, sem tempo hábil para exclusão e/ou reformulação, e que posteriormente não honrar a oferta apresentada, terá sua proposta DESCLASSIFICADA na fase de aceitabilidade.

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1. No presente certame, o modo de disputa será o ABERTO, nos termos do Decreto Federal nº 10.024/2019.

10.2. Modo de Disputa Aberto (inciso I do art. 31 do Decreto nº 10.024/2019): a etapa de envio de lances na sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.2.1. O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo) inferior ao último lance por ele ofertado.

§ 1º. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

§ 2º. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do § 1º, o(a) Pregoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa, em prol da obtenção do melhor preço, conforme disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024/2019.

10.3. Modo de Disputa Aberto e Fechado (inciso II do art. 31 do Decreto nº 10.024/2019): a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

§ 1º. Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período aleatório de até 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º. Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de menor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar lance final e fechado, no prazo de até 05 (cinco) minutos, sigiloso até o encerramento desse prazo.

§ 3º. Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições previstas no § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer lance final e fechado no prazo de até 05 (cinco) minutos, mantido o sigilo até o encerramento do prazo.



§ 4º. Encerrados os prazos estabelecidos nos §§ 2º e 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos §§ 2º e 3º, haverá reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar lance final e fechado no prazo de até 05 (cinco) minutos, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do § 5º.

11. DA DESCONEXÃO DO(A) PREGOEIRO(A)

11.1. Na hipótese de desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a), durante a etapa de envio de lances da sessão pública, permanecendo o sistema acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos normalmente, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1.1. O(A) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, por meio do CHAT MENSAGEM no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

12. DO DESEMPATE

12.1. Após a etapa de envio de lances, haverá aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei Municipal nº 3.696/2016 e, subsidiariamente, do critério estabelecido no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, caso não haja licitante enquadrado nas hipóteses anteriores.

12.1.1. Os mesmos critérios de desempate serão aplicados caso não haja envio de lances na fase competitiva, sendo a proposta inicial considerada vinculativa, caso não tenha sido retirada, conforme art. 26, § 6º, do Decreto nº 10.024/2019.

12.2. Entende-se por empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12.2.1. Na modalidade pregão, o intervalo percentual será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

12.2.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos, a proposta vencedora será definida por sorteio eletrônico entre as propostas empatadas.



12.3. Em caso de empate entre empresas não enquadradas como ME/EPP, o sistema verificará automaticamente a existência de empresa enquadrada como ME/EPP cujo valor do lance seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior ao lance empatado.

12.3.1. Não existindo empresa enquadrada nas condições previstas no item anterior, ou não havendo manifestação de interesse, persistindo o empate, o sistema realizará sorteio eletrônico para desempate.

12.3.2. Existindo empresa enquadrada como ME/EPP nas condições previstas, o sistema convocará automaticamente a mais bem classificada para apresentar lance final. Sendo o valor apresentado inferior ao considerado vencedor do certame, esta será declarada vencedora.

12.3.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

12.4. Ocorrendo empate em itens de participação exclusiva ou cotas reservadas para ME/EPP/MEI, será assegurada preferência às empresas sediadas local, regional ou estadualmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme disposições deste Edital.

12.4.1. Caso as empresas empatadas possuam o mesmo critério de preferência, a proposta vencedora será definida por sorteio eletrônico entre as propostas empatadas.

13. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, visando à obtenção de proposta mais vantajosa, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

§ 1º. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.2. Após a finalização dos lances, negociações e atualizações de preços, o(a) Pregoeiro(a) examinará a compatibilidade dos valores ofertados em relação ao estimado para contratação, apurado pelo setor responsável, bem como verificará se os valores unitários e totais apresentam, no máximo, 02 (duas) casas decimais.

13.2.1. O(A) Pregoeiro(a) não aceitará proposta final cujo preço seja superior ao valor estimado para contratação, apurado pelo setor competente, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.2. Serão aceitos somente valores em moeda corrente nacional (R\$), com preços unitários e totais contendo, no máximo, 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante apresente valores divergentes do exigido, o(a) Pregoeiro(a) poderá convocá-la para adequação dos valores e/ou realizar o arredondamento automático para menor, caso a licitante permaneça inerte.



14 . DA PROPOSTA DE PREÇOS

14.1 Se a proposta de preços não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao Edital.

14.2 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

14.2.1 A desistência de apresentar lance implicará a exclusão da licitante da etapa de lances, permanecendo válido o último preço por ela apresentado.

14.3 O Pregoeiro poderá solicitar prospecto, folder, catálogo, encartes, folhetos técnicos ou links oficiais do objeto, com a finalidade de avaliar a compatibilidade do item ofertado, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado.

14.4 Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, desde que não sejam significativos, proceder-se-á às correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, observando-se as seguintes disposições:

14.4.1 Havendo divergência entre o preço final registrado em algarismos e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último.

14.4.2 Havendo divergência nos subtotais decorrentes da multiplicação dos quantitativos pelos preços unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando, em consequência, o valor total da proposta.

14.4.3 Diante de divergências claramente decorrentes de erro de digitação ou preenchimento, o Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar a correção da proposta.

15. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

15.1 A relação dos documentos exigidos para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se no Anexo II deste Edital.

15.2 A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

15.3 A consulta deverá comprovar que o licitante encontrava-se regular na data marcada para abertura das propostas.

15.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;



III. Se o licitante for matriz, mas a executora do objeto deste Edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

15.6 A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, bem como de quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso seja constatada a prestação de informações inverídicas.

16. DA HABILITAÇÃO

16.1 Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) Pregoeiro(a) solicitará do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar o envio da Documentação de Habilitação elencada no Anexo II do presente Edital, observado o prazo máximo de até 02 (duas) horas, conforme o § 2º do art. 38 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

16.1.1 A critério da Administração, o prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

16.2 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar também a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida na forma do Anexo IV – Modelo de Proposta Definitiva.

16.2.1 O encaminhamento será realizado por meio do módulo HABILITANET, disponível no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

16.2.2 Poderá ainda ser utilizado, em substituição, o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET, sem prejuízo ao procedimento licitatório.

16.3 A proposta final corrigida e atualizada ao último valor ofertado terá validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua entrega.

16.4 O preenchimento da Proposta Final deverá seguir rigorosamente a ordem e numeração dos itens constantes no Anexo III – Estimativa de Custos.

16.5 O licitante será inteiramente responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso, conforme inciso III do art. 13 do Decreto nº 10.024/2019, bem como pelo acompanhamento das operações durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, nos termos do inciso IV do art. 13 do referido Decreto.

16.6 Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, conforme disposto no art. 43 do Decreto Federal nº 10.024/2019, inclusive quando a legislação ou o edital exigirem apresentação de planilha de composição de preços.

16.7 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

16.8 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o Pregoeiro poderá considerar o proponente inabilitado.



16.9 A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios decorrente da ausência de documentos exigidos para habilitação que possam ser emitidos gratuitamente via internet, quando houver problemas técnicos nos sistemas ou quaisquer outros, sendo de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos legalmente exigíveis quando da convocação.

16.10 Os documentos deverão possuir validade expressa ou estabelecida em lei. Na omissão, serão considerados válidos os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial e os emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para os demais documentos.

16.11 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus anexos.

16.12 Será assegurada às empresas que tenham declarado, sob as penas da lei, a condição de ME/EPP e que não incidam nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação relativa à regularidade fiscal, na forma prevista no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

16.13 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que contenha alguma restrição.

16.13.1 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, bem como emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.13.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens anteriores, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogação da licitação.

16.14 A Administração reserva-se o direito de diligenciar, a qualquer momento, para verificar a validade e autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergência, será considerada válida pela Administração a certidão emitida com data mais recente.

16.15 Também em sede de diligência, havendo dúvidas quanto à veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a apresentação de documentos complementares, tais como: contrato, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

16.16 Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dúbio ou pouco objetivo, o Pregoeiro poderá promover diligência com a finalidade exclusiva de verificar se a licitante atua em ramo compatível com o objeto da presente licitação.



16.17 Na fase de habilitação, após aceita e comprovada a documentação de habilitação, o Pregoeiro habilitará a licitante em campo próprio do sistema eletrônico.

17. DOS RECURSOS

17.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

17.3 A ausência de manifestação imediata e motivada da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.4 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a motivadamente, em campo próprio do sistema. Recursos imotivados ou manifestamente insubsistentes não serão recebidos.

17.5 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá apresentar as razões recursais em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, conforme previsto no § 2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, nos termos do § 4º do mesmo artigo, contado do término do prazo do recorrente.

17.6 Os recursos serão dirigidos à Secretaria solicitante, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis ou, nesse mesmo período, encaminhá-los devidamente informados para apreciação e decisão da autoridade competente.

17.7 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.8 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

17.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da CPL, na sede do Município de Alta Floresta D'Oeste/RO, no endereço anteriormente mencionado.

18 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES e encaminhará os autos para adjudicação pela autoridade competente.

18.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes.



18.1.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

18.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão em ata divulgada no Sistema Eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

18.3 A adjudicação do objeto do presente certame será realizada pelo Pregoeiro e efetuada pela Autoridade Competente.

18.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e será realizada após a adjudicação.

18.5 Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, esta deverá ser submetida à Autoridade Competente para decisão acerca dos atos praticados.

18.6 Independentemente da forma de julgamento (por ITEM, LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado POR ITEM ao licitante vencedor.

19 DA COMUNICAÇÃO COM O FORNECEDOR

19.1 A convocação da licitante será realizada por meio da emissão e encaminhamento da ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente à adjudicatária.

19.2 A convocação será realizada, preferencialmente, via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhada do contrato ou documento equivalente para impressão, assinatura e devolução via postal. Por meio do mesmo endereço eletrônico, a CONTRATANTE enviará as comunicações necessárias durante a vigência contratual.

19.3 O prazo para assinatura e devolução será de até 3 (três) dias úteis, contados da confirmação do recebimento do e-mail, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

19.4 A adjudicatária localizada na cidade de Alta Floresta D'Oeste/RO poderá, facultativamente, realizar a entrega na sede da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste, localizada na Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo, no prazo acima estabelecido.

19.5 Apenas em caso de impossibilidade total de utilização de e-mail, será realizada a remessa dos documentos via postal para assinatura da adjudicatária.

19.6 As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas por meio de e-mail corporativo, reputando-se válidas aquelas enviadas ao endereço eletrônico informado na proposta ou nos documentos apresentados pelo contratado.

19.7 A ciência do ato ocorrerá na data de confirmação da leitura pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação após o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data do envio.

19.8 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar



os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

19.9 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

19.10 Nos termos do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 19.8, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.11 A recusa da adjudicatária em assinar a ARP no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracterizará inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a à aplicação das penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente, conforme § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

20 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 As despesas oriundas da contratação em tela correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.000.00.000.0000.0.000. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE 02.009.00.000.0000.0.000. SEMAGRI SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA 02.009.20.606.0037.1.262. AQUISIÇÃO DE UM DRONE T50 T50 - TERMO Nº. 09032025/2025 286 - 4.4.90.52.00.00 17000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 160.000,00

21 DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

21.1 O contratado obriga-se a fornecer o objeto a ele adjudicado, conforme as especificações e condições contidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, independentemente de transcrição, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições constantes no Instrumento Convocatório.

21.2 Quaisquer vantagens apresentadas pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, desde que pertinentes e aceitas pela Administração, poderão ser incorporadas à contratação, passando a constituir obrigação do contratado.

21.3 A execução dos compromissos assumidos pela participação no certame, bem como os casos omissos no edital e no contrato, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 89, combinado com o inciso III do art. 92, ambos da Lei nº 14.133/2021.

21.4 Fica vedada a transferência ou cessão do contrato.



21.5 É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo admitida a subcontratação parcial apenas em casos excepcionais, mediante prévia anuência da Administração.

21.6 Constituem cláusulas contratuais, a serem observadas durante a execução do objeto, as obrigações previstas neste edital, inclusive aquelas descritas detalhadamente nos anexos do Instrumento Convocatório.

21.7 O contratado fica obrigado a aceitar alterações quantitativas previstas em edital, no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sem alteração dos preços contratados, conforme disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

22 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

22.1 Em conformidade com o art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o objeto da presente licitação será recebido:

I - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, mediante termo de recebimento provisório emitido pelo servidor responsável pelo recebimento, no verso da fatura/nota fiscal ou em Termo de Recebimento Provisório; e

II - Definitivamente, mediante Termo de Recebimento, após verificação da conformidade e consequente aceitação pelo fiscal do contrato ou comissão designada.

22.2 Em conformidade com o § 1º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, caso seja constatada execução incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, o prazo para recebimento definitivo será interrompido até a regularização da situação, nos termos do art. 119 da referida Lei.

22.3 O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, devendo ser reparado, corrigido ou substituído, conforme previsto no Termo de Referência, às expensas da contratada e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Nessa hipótese, ficará interrompido o prazo para recebimento definitivo até a regularização.

22.4 Caso o objeto seja rejeitado, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive os relacionados à purgação de eventual mora contratual.

22.5 Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, o objeto será novamente recebido provisoriamente e, posteriormente, definitivamente, após verificação da conformidade com os termos pactuados.

22.6 Caso se verifique a impossibilidade de adequação do objeto ou, ainda, que mesmo após concedido prazo para reparações não tenha sido alcançado o resultado esperado, poderá ocorrer a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como a aplicação das penalidades previstas no art. 137 da referida Lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo próprio.

22.7 O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades solicitadas, mediante ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal devidamente certificada, sendo realizadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

22.8 O pagamento será efetuado conforme disposto no Termo de Referência, contados da apresentação da fatura/nota fiscal.

22.9 Considerar-se-á como data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

22.10 A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do contratante, aos cuidados do fiscal do contrato.



22.11 Deverá acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas no certame.

22.12 Faculta-se à Administração, quando viável, verificar a manutenção das condições de habilitação do contratado por meio de consulta a sítios oficiais dos órgãos emissores de certidões.

22.13 O pagamento somente será efetuado mediante aceite/certificação do fiscal do contrato na fatura/nota fiscal e desde que a documentação da empresa esteja regular. Caso a fatura/nota fiscal seja apresentada com irregularidades, ou a documentação da empresa esteja irregular, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização, sem qualquer ônus para o Município de Alta Floresta D'Oeste.

22.14 Sanadas as irregularidades, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da data de protocolo da comunicação formal da regularização pelo contratado.

22.15 O contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

I - Existência de qualquer débito para com o contratante; e

II - Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

23 DAS PENALIDADES (Art. 92, inciso XIV, e arts. 155 ao 163 da Lei nº 14.133/2021)

23.1 As sanções e penalidades serão aplicadas ao responsável por infrações administrativas, conforme disposto no Item 15 do Termo de Referência.

24 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 A licitação na modalidade Pregão observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, bem como os princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

24.2 A licitante deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo o Município de Alta Floresta D'Oeste/RO, em qualquer hipótese, responsável por tais despesas, independentemente do resultado da licitação.

24.3 A Administração poderá, a qualquer tempo e antes da sessão inaugural, promover alterações neste procedimento licitatório, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas, sendo-lhe facultado, quando necessário, adiar a data de recebimento das propostas e documentações.

24.4 As omissões eventualmente existentes neste instrumento convocatório serão sanadas pelo Pregoeiro, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como as diretrizes expedidas pelos órgãos financiadores.

24.5 A critério do Município de Alta Floresta D'Oeste/RO, esta licitação poderá:

24.5.1 Ser anulada, de ofício ou mediante provocação de terceiros, em caso de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

24.5.2 Ser revogada, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

24.5.3 Ter a data de abertura transferida por conveniência exclusiva da Administração.

24.6 Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação:



24.6.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021;

24.6.2 A nulidade do procedimento licitatório induz à nulidade do empenho, ressalvado o disposto no item anterior; e

24.6.3 No caso de desfazimento do processo licitatório, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24.7 O presente Edital, seus anexos e a proposta da licitante vencedora integrarão o contrato como se nele estivessem transcritos, prevalecendo, contudo, o valor ofertado em lance ou negociação.

24.8 Em casos excepcionais, o Pregoeiro poderá ampliar o prazo para recebimento de documentos, desde que tal medida não prejudique o interesse público.

24.9 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.10 As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.11 As normas deste Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

24.12 A declaração e a adjudicação da licitante vencedora não implicarão direito à contratação nem obrigatoriedade de aquisição do objeto.

24.13 Para efeito de contratação, aquisição e pagamento, prevalecerá o menor preço registrado em ata.

24.14 Havendo conflito de interpretação entre as disposições do Edital e de seus anexos, prevalecerá, nesta ordem: o Edital, o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e os demais anexos.

24.15 Em caso de divergência quanto ao quantitativo, prevalecerá o constante no ANEXO III – Estimativa de Custos.

24.16 Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.17 Não havendo expediente na data prevista, ou ocorrendo fato que impeça a realização do certame, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o horário e local anteriormente estabelecidos, salvo disposição em contrário.

24.18 Dos atos praticados, o sistema gerará ata circunstanciada contendo todos os registros e ocorrências relevantes do procedimento, disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

24.19 A LICITANET – Licitações On-line não se responsabiliza pelas obrigações assumidas pelo fornecedor junto ao licitador, especialmente quanto à entrega dos bens, prestação dos serviços e quitação financeira da negociação realizada.

24.20 Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30 às 13h30 (horário local), pelo telefone (69) 3641-2463 ou pelo e-mail cpl@altafloresta.ro.gov.br. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.altafloresta.ro.gov.br e www.licitanet.com.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTA FLORESTA D'OESTE
SEMAGRI

25 DOS ANEXOS

25.1 Fazem parte integrante deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO II – Condições para Habilitação;
ANEXO III – Quadro Estimativo de Custos;
ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial;
ANEXO V – Modelo de Declaração Conjunta;
ANEXO VI – Minuta do Contrato.

Alta Floresta D Oeste, 01 de junho de 2025.

***TERMO DE REFERENCIAS N17-2026*****1. Objeto:**

Constitui objeto do presente Termo de Referência a aquisição de 01 (um) **Drone Agrícola T50** ou equivalente técnico superior, novo, destinado ao fortalecimento e modernização das práticas agrícolas do município, visando maior eficiência operacional no atendimento aos produtores rurais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. Fundamentação Legal:

A contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis, bem como pelas cláusulas e condições constantes neste Termo de Referência e no Edital.

Os procedimentos para aquisição do objeto virão através de Pregão Eletrônico.

3. Justificativa:

A aquisição do drone agrícola visa modernizar os serviços prestados pela Administração Pública Municipal no apoio às atividades agrícolas, proporcionando maior precisão nas aplicações, redução de desperdícios, aumento da produtividade e otimização dos serviços realizados junto aos produtores rurais.

A utilização do equipamento permitirá maior eficiência operacional nas ações agrícolas desenvolvidas pelo município, reduzindo custos operacionais e promovendo avanço tecnológico nas atividades do setor rural.

A presente aquisição encontra-se vinculada ao:

Plano de Ação: 09032025-075413

Empenho: 2025NE004366

Processo: 0025.003589/2025-86

Fonte de Recursos: 20252240003

Natureza da Despesa: 44.90.52.00 – Equipamentos e Materiais Permanentes

Classificação Orçamentária: 02.006.15.452.0040 – Transferência Especial

Valor do repasse:

R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).



Caso necessário, a CONVENIENTE poderá aportar contrapartida financeira para complementação da aquisição.

4. Das especificações técnicas

Drone Agrícola T50 ou equivalente técnico superior, novo, com sistema de pulverização agrícola, controle remoto, baterias, carregadores, sensores de segurança, sistema inteligente de navegação e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento

5. Característica do objeto:

CODIGO	Descrição	Unid.	Quant.	V.Unit	V.Total
	Aquisição de drone agrícola destinados à pulverização com Peso aproximado de 25 kg (excluindo a bateria) 35 kg (incluindo bateria), peso máximo na decolagem para pulverização: aproximadamente 52 kg (ao nível do mar) peso máximo na decolagem para dispersão: aproximadamente 58 kg (ao nível do mar) com tanque mínimo de 20 L, capacidade operacional aproximada de 20 kg, sistema de pulverização por atomização dupla, largura	UND	01	157.666,67	157.666,67



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ALTA FLORESTA D'OESTE

SEMAGRI

	efetiva entre 4 e 7 metros, motores elétricos de alta potência, hélices de fibra de carbono, sistema de radar omnidirecional 360° para desvio de obstáculos, sistema RTK/GNSS para alta precisão, resistência climática adequada, carregador e controle remoto com tela integrada e baterias com carregamento rápido, duração da bateria interna de aproximadamente 3 horas e da bateria externa de mais de 2 horas, 3 baterias para o drone, sendo compatíveis ao fabricante do drone, Gerador e carregador completo para carregamento das baterias do drone, tanque misturador de calda cônico de 200l em polietileno com tratamento UV Aletas interna nas laterais				
--	--	--	--	--	--



	e quebra ondas no fundo do tanque. CONSIDERAR VIÁVEL PARA O PROJETO ESTRUTURAL.				
	TOTAL				157.666,67

(CENTO E CINQUENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E SESENTA E SEIS REAIS E
SESSENTA E SETE CENTAVOS)

6.Documentos exigidos para Habilitação:

Para fins de habilitação no procedimento licitatório, a empresa deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

A empresa participante deverá apresentar:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado das alterações contratuais, quando houver;
- c) Documento de eleição dos administradores, no caso de sociedades por ações;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.



REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Comprovante de inscrição no CNPJ;
Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
Certidão Negativa de Débitos Municipais;
Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa deverá comprovar aptidão para execução do objeto mediante:

- a) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento compatível com o objeto licitado;
- b) Catálogos, folders, manuais ou ficha técnica do equipamento ofertado;
- c) Declaração de garantia e assistência técnica dentro do Estado de Rondônia;
- d) Comprovação de que o equipamento atende às normas aplicáveis da ANAC, MAPA e DECEA, quando exigível.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, na forma da legislação.

DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A empresa deverá apresentar, quando solicitado pelo sistema eletrônico:



Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

b) Declaração de inexistência de fatos impeditivos para contratação com a Administração Pública;

c) Declaração de pleno conhecimento e aceitação das condições do edital e seus anexos.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

A documentação de habilitação poderá ser exigida apenas do licitante vencedor, conforme facultado pela Lei nº 14.133/2021;

Os documentos poderão ser apresentados por meio eletrônico, em formato digital, conforme regras do sistema adotado;

A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade das informações apresentadas.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os documentos de habilitação exigidos observam os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, aplicáveis ao procedimento de dispensa eletrônica, respeitando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade.

7. Estimativa de custos:

Diante da realização da pesquisa de preços de mercado realizada através de cotação para buscar uma média de custo, estimou – se um valor de **R\$157.666,67, (CENTO E CINQUENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)** pelo Bem a ser contratado.

8.Indicação orçamentaria:

02.000.00.000.0000.0.000. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE 02.009.00.000.0000.0.000. SEMAGRI SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA 02.009.20.606.0037.1.262. AQUISIÇÃO DE UM DRONE T50 T50 - TERMO Nº. 09032025/2025 286 - 4.4.90.52.00.00 17000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 160.000,00

9. Dos requisitos da contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTA FLORESTA D'OESTE
SEMAGRI

A contratada deverá:

fornecer equipamento novo e sem uso;
entregar o objeto devidamente embalado;
garantir assistência técnica;
fornecer garantia mínima do fabricante;
disponibilizar manuais e acessórios necessários;
cumprir normas da ANAC, MAPA e DECEA;
responsabilizar-se pelo transporte e entrega do equipamento.

10. Das obrigações da Contratada:

Compete à contratada:

São obrigações da contratada:

entregar o objeto conforme especificações;
substituir equipamentos defeituosos;
responder por danos causados à Administração;
manter regularidade fiscal e trabalhista;
cumprir prazos estabelecidos;
prestar garantia e suporte técnico.

11. Das obrigações da contratante:

Compete à contratante:

São obrigações da contratante:
acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
efetuar pagamento conforme condições estabelecidas;
fornecer informações necessárias à execução;
receber e conferir o objeto entregue.

12. Do prazo de entrega e local de recebimento:

Prazo de entrega será de no máximo 30 dias
contados a emissão da nota de empenho.



local de entrega será na Avenida Minas Gerais Bairro Cidade Alta, nº4626, Almoxarifado Central – Garagem da Prefeitura – Expediente das 7:30hs as 13:30hs, fone para contato: 69 3641 3067 – Email: semagri@altafloresta.ro.gov.br.

Do recebimento = Provisoriamente, para conferência do equipamento e verificação das especificações;

Definitivamente, após conferência técnica e comprovação de conformidade com as exigências estabelecidas

*Caso o objeto apresente irregularidades, poderá ser rejeitado total ou parcialmente.

13. Da fiscalização:

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. Do pagamento:

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO se compromete a efetuar o pagamento 10º dia útil de cada mês, através de depósito bancário, pela Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste.

a) Apresentar as seguintes documentações atualizadas para todos pagamentos a serem realizados;

Certidão FGTS;
Certidão de débitos Trabalhista;
Certidão de débitos Estadual;
Certidão de débitos Municipal;
CND.

15. Da Garantia:

A contratada deverá fornecer garantia mínima de fábrica para o equipamento ofertado, pelo prazo não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, abrangendo defeitos de fabricação, funcionamento e desempenho do equipamento e seus componentes.

Durante o período de garantia, a contratada deverá:

-Prestar assistência técnica especializada;



- Substituir peças defeituosas sem ônus para a Administração;
- Realizar reparos necessários ao perfeito funcionamento do equipamento;
- Substituir o equipamento, caso o defeito apresentado seja insanável;
- Arcar com despesas de transporte, frete, retirada e devolução do equipamento, --quando necessário.

A assistência técnica deverá ser disponibilizada em território nacional, diretamente pelo fabricante, representante autorizado ou empresa credenciada.

O prazo para atendimento técnico não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal da contratante, salvo justificativa devidamente aceita pela Administração.

Caso o equipamento permaneça inoperante por período superior a 30 (trinta) dias, poderá a Administração exigir a substituição do bem por outro equivalente ou superior, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

A garantia contratual não exclui a responsabilidade da contratada quanto aos vícios ocultos ou defeitos constatados posteriormente, nos termos da legislação aplicável.

16. Das Sansões:

O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

17. Das Disposições Finais:

Integram este Termo de Referência todos os documentos técnicos e administrativos que o complementam, inclusive o Estudo Técnico Preliminar – ETP aprovado.

Este Termo de Referência foi elaborado por:

Marco Antônio de

Oliveira.

Alta Floresta D'Oeste 25 de maio
2026

GESTORES



Lenoir Antônio Serraglio

Secretário Municipal de Agricultura – Gestor da Pasta
Meio Ambiente

Assinatura do Ordenador – Gestor Executivo

GIOVAN DAMO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)N09

Órgão Demandante: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
(SEMAGRI) DE ALTA FLORESTA D'OESTE – RO

Objeto:

Aquisição de 01 (um) Drone Agrícola T50, novo, destinado ao fortalecimento e modernização das práticas agrícolas, visando maior eficiência operacional no atendimento aos produtores rurais do município.

1. Necessidade da Contratação:

A presente aquisição justifica-se pela necessidade de modernização das atividades agrícolas desenvolvidas no município, visando ampliar a eficiência operacional, reduzir custos operacionais, aumentar a produtividade e proporcionar maior precisão nas aplicações agrícolas.

O uso de drone agrícola representa avanço tecnológico significativo nas ações de pulverização, mapeamento e monitoramento de áreas agrícolas, contribuindo diretamente para:

- otimização do uso de insumos;
- redução do desperdício;
- maior agilidade nos atendimentos;
- diminuição da exposição humana a defensivos agrícolas;
- melhoria na qualidade das aplicações;
- fortalecimento das ações de apoio aos produtores rurais.

A aquisição do equipamento encontra respaldo no Plano de Ação nº 09032025-075413, cujo objetivo consiste no fortalecimento e modernização das práticas agrícolas, bem como no apoio à eficiência dos equipamentos previstos no plano de trabalho.



2. Soluções possíveis

A solução consiste na aquisição de 01 (um) Drone Agrícola modelo T50 ou equivalente técnico superior, novo, de primeiro uso, acompanhado de acessórios indispensáveis ao pleno funcionamento, incluindo baterias, carregadores, controle remoto e demais componentes necessários para operação.

O equipamento deverá atender às necessidades operacionais da Administração Pública Municipal, proporcionando maior eficiência nas atividades agrícolas desenvolvidas pelo município.

3. Requisitos da contratação

A contratada deverá fornecer equipamento:

- novo e sem uso;
- com garantia mínima de fábrica;
- acompanhado de manual em português;
- com assistência técnica autorizada ou suporte técnico no território nacional;
- com todos os acessórios necessários para operação;
- em conformidade com normas da ANAC, MAPA, DECEA e legislação vigente aplicável.

O equipamento deverá possuir características mínimas compatíveis com drone agrícola de grande capacidade operacional, incluindo:

- capacidade mínima de pulverização compatível com categoria T50;
- sistema de navegação inteligente;
- controle automático de rotas;
- sensores de segurança;
- tecnologia de pulverização de precisão;
- compatibilidade com operações agrícolas de médio e grande porte.

Quantidade definida com base na necessidade operacional da Secretaria.



4. Levantamento de mercado

Foram analisadas soluções disponíveis no mercado nacional, constatando-se que o drone agrícola modelo T50 apresenta ampla aceitação no segmento agrícola, destacando-se pela eficiência operacional, robustez, autonomia e capacidade de aplicação.

A aquisição mostra-se mais vantajosa do que eventual locação, considerando:

- uso contínuo do equipamento;
- economicidade a médio e longo prazo;
- disponibilidade imediata para atendimento das demandas;
- redução de custos operacionais futuros;
- ampliação da capacidade de atendimento aos produtores.

5. Estimativa de custos

A contratação será custeada através do seguinte repasse financeiro:

- Plano de Ação: 09032025-075413
- Valor: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
- Empenho: 2025NE004366



- Processo: 0025.003589/2025-86
- Fonte de Recursos: 20252240003
- Natureza da Despesa: 44.90.52.00 – Equipamentos e Materiais Permanentes
- Classificação Orçamentária: 02.006.15.452.0040 – Transferência Especial

Dados bancários vinculados ao repasse:

- Banco: Caixa Econômica Federal
- Agência: 3432-0
- Município: Alta Floresta D'Oeste – RO
- Conta: 574516411

Caso haja necessidade, a CONVENIENTE poderá entrar com contrapartida financeira para complementação da aquisição dos equipamentos.

6. Justificativa do parcelamento ou não da solução.

A contratação será realizada em item único, considerando que o objeto constitui solução integrada e indivisível, cuja fragmentação poderá comprometer a funcionalidade, garantia, compatibilidade técnica e operacionalidade do equipamento.



7. Resultados pretendidos

Com a aquisição do drone agrícola, pretende-se:

- modernizar os serviços agrícolas municipais;
- aumentar a eficiência operacional;
- reduzir custos de aplicação;
- melhorar a qualidade dos serviços prestados;
- ampliar o atendimento aos produtores rurais;
- fortalecer a agricultura local;
- promover maior precisão nas aplicações agrícolas;
- reduzir impactos ambientais decorrentes do desperdício de insumos.

8. Providencias a serem adotadas

A Administração deverá:

- designar servidor responsável pelo acompanhamento da contratação;
- promover capacitação operacional;
- providenciar local adequado para armazenamento do equipamento;
- acompanhar a execução contratual e garantia do bem.
-

9. Possíveis Impactos Ambientais

A utilização do drone agrícola tende a reduzir impactos ambientais quando comparada aos métodos convencionais, em razão da maior precisão nas aplicações e menor desperdício de defensivos agrícolas.

Ainda assim, a operação deverá observar integralmente as normas ambientais e de segurança aplicáveis.

10. Viabilidade Contratação

Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação é viável técnica e financeiramente, além de atender ao interesse público, contribuindo diretamente para o fortalecimento das ações agrícolas e desenvolvimento rural do município.



11. Riscos e medidas de mitigação

Considerando a natureza da contratação e a necessidade de garantir a efetiva execução do objeto, foram identificados os seguintes riscos e respectivas medidas de mitigação:

RISCOS	IMPACTO	PROBABILIDADE	MEDIDAS MITIGAÇÃO
Atraso na entrega do equipamento	Comprometimento do cronograma de execução do plano de trabalho	Média	Estabelecimento de prazo contratual adequado, acompanhamento da entrega e aplicação de penalidades previstas contratualmente
Fornecimento de equipamento incompatível com as especificações técnicas	Prejuízo operacional e possível inviabilidade de uso	Média	Definição detalhada das especificações técnicas no Termo de Referência e conferência técnica no recebimento
Ausência de assistência técnica especializada	Paralisação das atividades em caso de falhas ou defeitos	Média	Exigência de garantia mínima e assistência técnica autorizada em território nacional
Falta de capacitação dos operadores	Risco de acidentes e utilização inadequada do equipamento	Média	Realização de treinamento e capacitação dos servidores responsáveis pela operação
Danos ao equipamento durante utilização	Interrupção das atividades e prejuízo ao erário	Média	Implantação de rotina de manutenção preventiva e observância das orientações do fabricante
Oscilação de preços de mercado	Insuficiência dos recursos disponíveis	Baixa	Pesquisa de preços atualizada e previsão de eventual contrapartida do município
Descumprimento contratual pela empresa fornecedora	Atrasos e prejuízos à Administração	Baixa	Exigência de habilitação jurídica, técnica e fiscal, além de aplicação das



			sanções previstas na Lei nº 14.133/2021
Problemas na execução financeira do recurso	Comprometimento da aquisição	Baixa	Acompanhamento contínuo da execução financeira e cumprimento das exigências do Plano de Ação
Descumprimento das normas da ANAC, MAPA e DECEA	Impedimento de operação do equipamento	Baixa	Exigência de equipamento regularizado e operação conforme legislação vigente
Redução da vida útil do equipamento	Aumento de custos de manutenção e reposição	Média	Armazenamento adequado e manutenção preventiva periódica

12. Considerações

Os riscos identificados são considerados administráveis e passíveis de mitigação mediante planejamento adequado, fiscalização eficiente e observância das normas legais e técnicas aplicáveis à contratação e utilização do equipamento.

**Alta Floresta D'Oeste – RO –
20/05/2026**

Elaborado – Marco Antonio de Oliveira

Gestores:

**Lenoir Antonio Serraglio
Secretário Municipal de Agricultura**

**Giovan Damo
Prefeito Municipal**



ANEXO II CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será realizada mediante análise da documentação exigida neste Edital. Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) Agente de Contratação solicitará aos licitantes provisoriamente classificados em primeiro lugar o envio da documentação de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o prazo máximo de até 02 (duas) horas, conforme estabelecido no preâmbulo deste Edital.

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1 Documento de identidade e CPF do representante legal da licitante;
- 1.2 Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ (Cartão CNPJ);
- 1.3 Contrato Social, Estatuto ou instrumento equivalente em vigor, devidamente registrado, que comprove ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

2. QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 2.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.2 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- 2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- 2.4 Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- 2.5 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/2011;
- 2.7 Declaração Conjunta, conforme modelo constante no Anexo V deste Edital, ou DECLARAÇÃO ÚNICA disponível no rol HABILITANET do sistema LICITANET;
- 2.8 Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou emitida por sítio eletrônico oficial. Quando emitida pela internet, serão aceitas tanto a certidão da Comarca quanto a do Estado onde se localiza a sede da empresa. Na ausência de prazo de validade expresso, será aceita a certidão emitida nos últimos 90 (noventa) dias;
- 2.9 A empresa que estiver em recuperação judicial deverá apresentar comprovação de que o plano de recuperação judicial foi devidamente homologado judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, mediante certidão expedida pelo juízo competente;
- 2.10 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo comprovar a boa situação financeira da empresa;
- 2.11 Empresas constituídas no exercício corrente deverão apresentar balanço de abertura;
- 2.12 No caso de sociedade anônima, deverá ser apresentada também a comprovação de publicação do balanço e demonstrações contábeis na Imprensa Oficial, bem como a ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial;
- 2.13 Declaração datada e assinada pelo representante legal da empresa e pelo contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, demonstrando a boa situação econômico-financeira da empresa, mediante análise dos índices financeiros extraídos do último balanço patrimonial;
- 2.14 Os índices deverão ser apurados com base nos dados do último balanço patrimonial exigível na forma da lei, devendo as fórmulas estar devidamente demonstradas em memorial de cálculo anexado ao balanço;
- 2.15 A comprovação da boa situação financeira será verificada mediante os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos superiores a 1 (um), resultantes das seguintes fórmulas:
 - 2.15.1 $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;



2.15.2 SG = Ativo Total ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

2.15.3 LC = Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante.

2.16 As empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices acima deverão comprovar, a critério da Administração e considerados os riscos da contratação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto lícitado;

2.17 Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que possam comprometer sua capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas já executadas de contratos firmados;

2.18 Declaração de que a proposta econômica contempla a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, legislação trabalhista, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa deverá comprovar aptidão para execução do objeto mediante:

- a) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento compatível com o objeto lícitado;
- b) Catálogos, folders, manuais ou ficha técnica do equipamento ofertado;
- c) Declaração de garantia e assistência técnica dentro do Estado de Rondônia;
- d) Comprovação de que o equipamento atende às normas aplicáveis da ANAC, MAPA e DECEA, quando exigível.

4. DECLARAÇÕES (ANEXO V)

4.1 A licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, especialmente do art. 299 do Código Penal Brasileiro, de que:

4.1.1 Não possui fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.2 Possui pleno conhecimento e aceita integralmente as regras e condições da contratação;

4.1.3 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

4.1.4 Cumpre o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

4.1.5 Assume responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico;

4.1.6 Sua proposta econômica contempla todos os custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas e obrigações legais;

4.1.7 Cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações prestadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

4.1.8 Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, comprometendo-se a comunicar fatos supervenientes;

4.1.9 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

4.1.10 Não utiliza trabalho degradante ou forçado;

4.1.11 A proposta apresentada foi elaborada de forma independente, sem qualquer ajuste ou comunicação com outros licitantes.

4.2 Declarações para fins de critério de desempate (art. 60 da Lei nº 14.133/2021)

4.2.1 A licitante deverá declarar, quando aplicável, que investe em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no País;



4.2.2 A licitante deverá declarar, quando aplicável, que adota práticas de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

4.2.3 A empresa deverá declarar que não foi declarada inidônea ou suspensa por qualquer órgão da Administração Pública, estando apta a contratar com o Poder Público.

5. OUTRAS DISPOSIÇÕES

5.1 Será assegurado às empresas enquadradas como ME/EPP, que tenham declarado essa condição sob as penas da lei, o direito à regularização da documentação fiscal, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.2 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos neste Edital.

5.3 As cópias apresentadas deverão estar perfeitamente legíveis. A utilização de documento falso para fraudar o caráter competitivo da licitação sujeitará o responsável às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

5.4 Os documentos deverão possuir validade expressa ou prevista em lei. Na ausência de prazo de validade, serão aceitos:

5.4.1 Certidão de Falência e Recuperação Judicial emitida nos últimos 90 (noventa) dias;

5.4.2 Demais certidões emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias.

5.5 O(a) Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos complementares acerca dos documentos apresentados, fixando prazo para atendimento.

5.6 A aceitação das certidões ficará condicionada à verificação de sua autenticidade nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, tais como:

5.6.1 Receita Federal: www.receita.fazenda.gov.br;

5.6.2 SEFIN/RO: www.sefin.ro.gov.br;

5.6.3 Previdência Social: www.previdenciasocial.gov.br;

5.6.4 Caixa Econômica Federal: www.caixa.gov.br;

5.6.5 Tribunal de Justiça de Rondônia: www.tj.ro.gov.br;

5.6.6 Tribunal Superior do Trabalho: www.tst.jus.br.

5.7 No caso de empresas sediadas em outras unidades da federação, a verificação será realizada no respectivo portal oficial indicado na certidão apresentada.



ANEXO III
ESTIMATIVA DE CUSTOS

ITEM	Descrição	Unid.	Quant.	V.Unit	V.Total
01	Aquisição de drone agrícola destinados à pulverização com Peso aproximado de 25 kg (excluindo a bateria) 35 kg (incluindo bateria), peso máximo na decolagem para pulverização: aproximadamente 52 kg (ao nível do mar) peso máximo na decolagem para dispersão: aproximadamente 58 kg (ao nível do mar) com tanque mínimo de 20 L, capacidade operacional aproximada de 20 kg, sistema de pulverização por atomização dupla, largura efetiva entre 4 e 7 metros, motores elétricos de alta potência, hélices de fibra de carbono, sistema de radar omnidirecional 360° para desvio de obstáculos, sistema RTK/GNSS para alta precisão, resistência climática adequada, carregador e controle remoto com tela integrada e baterias com carregamento rápido, duração da bateria interna de aproximadamente 3 horas e da bateria externa de mais de 2 horas, 3 baterias para o drone, sendo compatíveis ao fabricante do drone, Gerador e carregador completo para carregamento das baterias do drone, tanque misturador de calda cônico de 200l em polietileno com tratamento UV Aletas interna nas laterais e quebra ondas no fundo do tanque. CONSIDERAR VIÁVEL PARA O PROJETO ESTRUTURAL.	UND	01	157.666,67	157.666,67
TOTAL					157.666,67

Valor Máximo R\$157.666,67 (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e seis reais sessenta e sete centavos).

Atenção: Para preenchimento da Proposta (Anexo IV) deve-se seguir estritamente esta ordem e numeração dos itens, facultando ao licitante participar **apenas dos itens** de seu interesse.



1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Os interessados podem apresentar proposta para quaisquer dos **ITENS/LOTES** de seu interesse, individualmente, respeitado o critério de julgamento.
- 1.2 Independentemente de o critério de julgamento ser pelo valor do **ITEM**, do **LOTE**, ou **GLOBAL**, os itens serão analisados pelo valor unitário. Qualquer item que tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.
- 1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.



MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

PREFEITURA DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____

PROCESSO Nº _____

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto abaixo discriminado, conforme o Edital, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE LEGAL E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO E TELEFONE:

AGÊNCIA E Nº DA CONTA BANCÁRIA:

Declaramos que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todas as comunicações oficiais, inclusive notificações, comprometendo-nos a mantê-lo atualizado junto à Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste/RO.

Declaramos, ainda, que conhecemos e concordamos com todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, apresentando nossa proposta de preços para fornecimento do objeto do certame, conforme valores e especificações técnicas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						

Atenção: O preenchimento desta proposta deverá seguir estritamente a ordem e a numeração dos itens constantes no Anexo III – Estimativa de Custos, incluindo a indicação da marca (quando houver), sob pena de desclassificação da proposta.

Poderá, ainda, ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição ao modelo constante neste anexo, sem prejuízo ao procedimento licitatório.

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias (mínimo de 60 (sessenta) dias), contados da data de apresentação da proposta final corrigida.

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: Conforme disposto no Termo de Referência e no Edital.

As despesas relativas a eventuais substituições dos produtos em razão da garantia correrão por conta da contratada.

Declaramos, sob as penalidades da lei, que:

a) O(s) produto(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) e não reciclado(s);

b) Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da presente licitação;

c) Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do respectivo Edital, bem como às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.

Declaramos, ainda, que:

a) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou



indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame quanto à participação ou não na referida licitação;

d) O conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) O conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste/RO antes da abertura oficial das propostas.

A empresa declara, ainda, que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração, que detém plenos poderes e informações para firmá-la e que tem ciência de que a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

Local e data.

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/202X

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO
A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
sediada à _____, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____,
DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão
Eletrônico nº _____/202X, que:

A(**nome da empresa**)....., CNPJ/MF Nº, sediada
(**endereço completo**)....., telefone para contato ..(.....)....., e-mail, Declaramos para
todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que
se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) Não existem fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Possuímos pleno conhecimento e aceitamos todas as regras e condições gerais da contratação;
- c) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Cumprimos o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Assumimos total responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico;
- f) A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- g) Cumprimos os requisitos de habilitação e que as declarações apresentadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- h) Não existem fatos impeditivos à nossa habilitação no certame, estando cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- i) Não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- j) Não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- k) Não utilizamos trabalho noturno, perigoso ou insalubre de menores de dezoito anos, nem qualquer trabalho de menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- l) A proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

I – Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

II – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Declaramos, ainda, para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea nem suspensa por qualquer órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o Poder Público.

Local e data.

Responsável legal e assinatura

Na hipótese de não envio desta declaração, poderá ser utilizado o relatório de Declarações expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

PROC N.º 00000/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000/2026

TERMO DE CONTRATO DE Nº ____/____, QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ALTA
FLORESTA D OESTE E A EMPRESA
_____.

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede administrativa na Avenida Brasil, Bairro Redondo, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXX, residente e domiciliado neste Município de Alta Floresta D'Oeste/RO, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, no Município de _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida por _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 0XXXXXXX/20XXXX e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

(art. 92, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021)

1.1. O presente instrumento tem por objeto a _____, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal _____, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital, pelo período de ____ (____) meses.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico identificado no preâmbulo, ao Termo de Referência e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Constitui objeto da presente contratação:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT.	MARCA	V. UNT	V. TOTAL
TOTAL GERAL							

1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação, a Proposta do Contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data de assinatura, por até ____ (____) meses, prorrogável por até ____ meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, e no Decreto Municipal nº/2025.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da aquisição é de R\$ XXXXXX (XXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos encargos moratórios desde a data limite para pagamento (30 dias após a apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, os quais serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (6/100) / 365 = 0,00016438$

Onde:

I = taxa percentual anual no valor de 6%.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a



comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, realizada em

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:



7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

7.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no Decreto Municipal nº/2023.

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar a Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, § 2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do



Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município; b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação,



independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei).

11.2.4. Multa: a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, § 9º).

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)



12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos, e indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento 2025 e 2025, onde o recurso encontra-se na dotação orçamentária: Categoria Econômica n.º 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

- Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade, caso houver necessidade.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO (art. 92, § 1º)



17.1. É eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta D'Oeste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

Alta Floresta D'Oeste, ____ de _____ de 2026

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO